

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

## Parte I

### Os Conceitos Dogmáticos do Tributo e de suas Espécies (Teoria Geral do Direito Tributário)

Capítulo 1 – Conceito de Tributo .....	3
1.1. A necessidade de o Estado cobrar tributos .....	3
1.2. O conceito jurídico de tributo .....	4
1.3. O tributo no quadro de receitas do Estado .....	4
1.4. A expansividade do conceito de tributo no Direito brasileiro .....	5
1.5. O tributo como norma jurídica .....	7
1.6. A importância do aspecto pessoal na hipótese de incidência tributária .....	8
1.7. A complexidade das fórmulas de cálculo do tributo devido .....	10
1.8. Os equívocos da doutrina tradicional na consideração do fato gerador dos tributos .....	12
1.9. A estática e a dinâmica da norma tributária – A fenomenologia da incidência da norma tributária .....	14
1.10. O conceito de tributo no Direito brasileiro, sua excelência dogmática .....	17
1.11. O tributo como obrigação .....	19
Capítulo 2 – As Espécies Tributárias: Os Impostos, as Taxas e as Contribuições .....	21
2.1. O tributo como ente jurídico unitário e a sua divisão em espécies – A teoria dos tributos vinculados ou não a uma atuação do Estado relativamente à pessoa do pagante .....	22
2.2. A teoria dos tributos vinculados ou não a atuações estatais e a classificação das espécies ....	24
2.3. A análise do fato gerador para determinar a natureza jurídica do tributo – Proposta classificatória .....	26
2.4. As contribuições especiais ou para-fiscais no Direito brasileiro – Natureza jurídica .....	28
2.5. A especificidade das contribuições previdenciárias e assistenciais sinalagmáticas – Tributos vinculados à atuação estatal – Diferenças entre elas e as contribuições especiais com natureza de impostos .....	32
2.6. Esforços classificatórios, a importância do tema – A natureza jurídica específica das contribuições especiais referidas na Constituição .....	35
2.7. Fato gerador, base de cálculo, causa e finalidade, confirmando a tese de que os tributos são ou não são vinculados a uma atuação do Estado, invalidando a tese do “finalismo”, velha de cem anos .....	38
2.8. A contribuição de melhoria tipo custo na opção constitucional de 1988 .....	42
2.9. Taxas e preços – Preços públicos e privados .....	43
2.10. Custas e emolumentos são taxas? É possível distribuir o produto das custas? .....	49
2.11. Ligeiro esboço histórico sobre as custas .....	50
2.12. A assimilação das custas pelo tributo denominado taxa – Legalidade da destinação da receita assim havida às Caixas de Assistência dos Advogados .....	52

2.13. O pedágio, sua natureza jurídica .....	53
2.14. O pedágio, ligeira crônica .....	54
2.15. Pedágio: preço ou taxa? .....	54
2.16. Empréstimos compulsórios – Impostos restituíveis. ....	55
2.17. Os impostos indiretos visam à capacidade contributiva dos consumidores – As contribuições especiais que repercutem no consumidor final são impostos indiretos cumulativos. ....	55

## Parte 2

### A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos – Substituição Tributária

Capítulo I – A Obrigação Tributária, Sujeitos Ativos e Passivos e a Responsabilidade Tributária segundo o Código Tributário Nacional .....	59
1.1. A obrigação tributária na terminologia do CTN – Obrigação principal e obrigação acessória .....	60
1.2. Tributo e multa – Crédito tributário comum .....	62
1.3. A natureza não patrimonial das obrigações acessórias – Deveres administrativos .....	62
1.4. A conversão da multa em crédito tributário .....	63
1.5. O fato gerador da obrigação principal .....	63
1.6. O fato gerador da obrigação acessória .....	64
1.7. O momento da ocorrência do fato gerador – Situações jurídicas e situações de fato – Fatos geradores “pendentes” .....	65
1.8. Aos tributos vinculados a atuações estatais não se aplicam as regras dos “negócios sujeitos a condições” .....	68
1.9. O fato gerador estremando as espécies e subespécies tributárias .....	68
1.10. A capacidade contributiva e o princípio da retribuição .....	68
1.11. Empréstimos compulsórios e contribuições especiais – Seus fatos geradores .....	69
1.12. O Direito Tributário brasileiro e a “interpretação econômica” .....	71
1.13. O sujeito ativo da obrigação tributária .....	72
1.14. Herança de competência tributária .....	74
1.15. O sujeito passivo da obrigação tributária – Contribuintes e responsáveis .....	74
1.16. O pretense sujeito passivo da impropriamente chamada obrigação acessória .....	76
1.17. A importância relativa das convenções particulares em face do dever de contribuir ....	76
1.18. A solidariedade obrigacional passiva .....	77
1.19. Os efeitos da solidariedade em matéria fiscal .....	78
1.20. Interpretação econômica ou pragmatismo fiscal? .....	79
1.21. A tributação dos atos ilícitos .....	80
1.22. O domicílio em matéria fiscal .....	81
1.23. Sujeição passiva direta e indireta – Substituição tributária .....	82
1.24. Responsabilidade tributária por transferência e por substituição .....	85
1.25. O substituto tributário como sujeito passivo direto .....	88
1.26. A responsabilidade tributária na terminologia do CTN – Falta de precisão conceitual. .	89
1.27. A questão da transferência das multas aos responsáveis .....	92
1.28. Síntese sobre a responsabilidade tributária no CTN .....	95
1.29. Responsabilidade de terceiros e multas moratórias .....	96
1.30. Responsabilidade tributária e o dever de reter tributo alheio – Distinção .....	97
1.31. Substituição tributária “para frente” .....	99
1.32. Créditos tributários transferíveis – Extensão e compreensão .....	106
1.33. A chamada responsabilidade dos adquirentes de bens imóveis .....	106
1.34. A responsabilidade dos adquirentes, remetentes e sucessores <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i> e do espólio .....	107
1.35. A chamada responsabilidade dos agentes empresariais .....	107

1.36. A responsabilidade de terceiros . . . . .	111
1.37. Os casos de transferência de responsabilidade em razão de culpa ou dolo – A responsabilidade dos diretores, gerentes e administradores de pessoas jurídicas de Direito Privado . . . . .	115
1.38. A tese da objetividade do ilícito fiscal . . . . .	121
1.39. O erro de direito extrafiscal e o Direito Tributário punitivo . . . . .	122
1.40. Tipos de sanção . . . . .	125
1.41. Direito Tributário Penal ou Direito Penal Tributário? . . . . .	125
1.42. O ilícito fiscal e as considerações subjetivas relativas ao agente – Atenuações . . . . .	126
1.43. Multas confiscatórias . . . . .	128
1.44. A personalização das multas fiscais . . . . .	133
1.45. A “ponte de ouro” – Exclusão da responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de infrações à legislação fiscal . . . . .	134

### Parte 3

#### Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária (Teoria do Direito Tributário)

Capítulo 1 – Conceito, Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação da Legislação Tributária . .	141
1.1. A compreensão da expressão “legislação tributária” . . . . .	142
1.2. O papel subalterno dos decretos do Executivo em matéria fiscal . . . . .	142
1.3. A proteção da confiança dos atos administrativos em matéria fiscal . . . . .	143
1.4. A impropriamente denominada coisa julgada administrativa e seus efeitos . . . . .	144
1.5. A natureza da correção monetária e das majorações indiretas dos tributos . . . . .	145
1.6. As práticas reiteradas das autoridades administrativas . . . . .	146
1.7. As questões relativas aos tratados internacionais. . . . .	146
1.8. Validade e extensão dos tratados internacionais em matéria tributária perante a Constituição Federal de 1988 . . . . .	147
1.9. A União Federal na ordem jurídica internacional e na ordem jurídica interna . . . . .	148
1.10. A superioridade da Lei Complementar Tributária de normas gerais sobre os ordenamentos jurídicos parciais da União, dos Estados e dos Municípios . . . . .	150
1.11. A questão do ICMS e do ISS – Possibilidade de tratado internacional, celebrado pela República Federativa do Brasil, obrigar Estados e Municípios . . . . .	150
1.12. O controle prévio dos tratados e convenções internacionais pelo Supremo Tribunal Federal .	152
1.13. Isenção heterônoma e isenção convencional . . . . .	152
1.14. Os tratados na jurisprudência brasileira. . . . .	157
1.15. A vigência no tempo e no espaço da legislação tributária . . . . .	163
1.16. A extraterritorialidade da legislação tributária. . . . .	164
1.17. A vigência das normas complementares do art. 100 . . . . .	165
1.18. O princípio da anterioridade no CTN . . . . .	165
1.19. A anterioridade da lei em relação ao fato gerador . . . . .	166
1.20. A retroatividade benigna ao contribuinte . . . . .	168
1.21. Regras de interpretação da legislação tributária . . . . .	171
1.22. Regras de integração da legislação tributária. . . . .	173
1.23. A recepção do Direito Privado e a dação de efeitos fiscais próprios – O abuso das formas de Direito Privado. . . . .	175
1.24. A rigidez do sistema brasileiro de repartição de competências tributárias – Observância do Direito Privado . . . . .	180
1.25. A interpretação literal em Direito Tributário – Quando é aplicável. . . . .	180
1.26. O <i>in dubio pro</i> contribuinte . . . . .	181